

AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM UTILIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE-MS, DURANTE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO PERÍODO PANDÊMICO

Elaine Cristina Gomes de Castro Batista - UEMS

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo analisar como os órgãos públicos e as unidades de ensino trabalharam o ensino no tempo pandêmico. Quais foram as estratégias tomadas, pois a análise de discurso é um campo da linguística e da comunicação que ensina a refletir, a analisar; ampliando o mundo; tornando-o mais desafiador; retirando-nos as certezas, uma vez que, como afirma Orlandi em seu livro de 1988 (Discurso e leitura): “Compreender, eu diria, é saber que o sentido pode ser outro” (p. 12). Permite analisar o uso das línguas naturais, particularmente a maneira como ocorrem as construções ideológicas em um texto.

Palavras-Chaves: análise; discurso; ideologia; identidade; sentido, pandemia, unidade de ensino.

Introdução

Em 11 de março de 2020, o diretor geral da Organização Mundial da saúde (OMS), Tedros Adhanom, declarou que a organização havia elevado o estado de contaminação à pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Aqui no Brasil, o Ministério da Saúde, anunciava que iria intensificar a vigilância, o diagnóstico e o tratamento do novo coronavírus, onde os postos de saúde, poderiam ficar abertos por mais tempo, exames estavam sendo ampliados para mais indivíduos e a campanha da vacinação contra a gripe foi antecipada.

Com o aumento de casos acontecendo diariamente nacionalmente, os governos estaduais e municipais atentos ao que estava ocorrendo mundialmente e com medo de que o mesmo flagelo acontecesse em “suas cidades” e por não entenderem como enfrentariam tal calamidade, foram tomando medidas para evitar o aumento de casos e uma das medidas para o enfrentamento da proliferação de casos foi a suspensão das aulas presenciais em todas as escolas públicas e privadas do país.

Na capital sul-mato-grossense, foi publicado o decreto n. 14.189, de 15 de março de 2020, onde no seu artigo 3º, ficaram suspenso o funcionamento pelo prazo de 20 (vinte) dias corridos, a partir do dia 18 de março, de todas as escolas da Rede Municipal de Ensino, cursos presenciais da Escola de Governo Municipal, Centros de Convivência

dos Idosos, Centros de Referência de Assistência Social entre outras medidas, aonde as atividades escolares ficaram em sistema totalmente on-line até o final do ano letivo do ano de 2020.

Com essas medidas o Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), elaborou um formulário que tinha como objetivo identificar as ações adotadas pelas escolas brasileiras diante da necessidade de medidas de enfrentamento à disseminação do novo coronavírus e foi aplicado a todas as escolas públicas e privadas em território nacional, no período compreendido entre fevereiro e maio dos anos de 2021 e 2022, por meio de questionário suplementar durante a coleta da segunda etapa do Censo Escolar da Educação Básica, denominado Situação do Aluno, que tem por objetivo coletar as informações de rendimento e movimento, ao final do ano letivo, dos alunos que foram declarados na Matrícula Inicial.

Em 2020 tínhamos 1.746 instituições de ensino, dentre públicas e privadas, sendo no município de Campo Grande 459 unidades escolares, sendo que somente uma unidade não respondeu ao referido instrumento do INEP. Tanto as 201 escolas municipais quanto as estaduais não tiveram alteração no calendário escolar, onde a previsão para término das aulas estava para dezembro do ano corrente, já que tiveram o início do ano escolar em fevereiro.

Nesse período de pandemia, as atividades presenciais de ensino-aprendizagem foram suspensas, a rede municipal de ensino, adotou estratégias de ensino não presenciais para os alunos, sendo: 11.695 alunos da creche e os 16.891 alunos da pré-escola no qual totalizou 28.586 alunos na educação infantil; 47.818 alunos dos anos iniciais e os 28.937 alunos dos anos finais, somando 76.755 alunos do ensino fundamental; 220 alunos dos anos iniciais e 1.817 alunos dos anos finais da educação de jovens e adultos, no qual foram 2.037 alunos; e 112 alunos do curso técnico integrado (ensino médio integrado) da educação profissional técnica de nível médio, atingindo um montante de 107.490 alunos atendidos na matrícula inicial, data estipulada pelo INEP como o dia 11 de março do ano de 2020. Essa data foi estipulada pelo INEP depois de um estudo com todas as capitais e estados, para saberem o início da aula.

Como foi tudo novo e inédito e não estávamos preparados para esse desafio educacional no qual nos deparamos, tanto os secretários municipais, equipe técnica das

secretarias, os dirigentes escolares, coordenação pedagógica, os docentes e os discentes, tiveram que pegar carona no modelo EAD aplicado nas universidades e cursos técnicos e aplicarem e formarem os professores para aplicarem e escolarizarem os alunos da melhor maneira possível.

Mesmo sabendo que o EAD funciona de uma forma prática e simples e que a maior parte do curso acontece com auxílio da internet, em um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), onde o aluno assiste as aulas em vídeo, acessa os conteúdos em texto, realiza as tarefas e exercícios, foi necessário que as Secretarias pensassem num modelo parecido para que a educação não fosse prejudicada nesse período.

Portanto, uma das estratégias primordiais adotadas foram realização de reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades junto a todos os professores da rede municipal de educação (REME). Nesse primeiro cenário já nos deparamos com um dos primeiros problemas sérios detectados que foi a falta ou obsolescência de equipamentos e de acessibilidade de internet para esse desafio.

Percebemos o quanto a nossa área tecnológica estava defasada, pois muitos docentes não tinham nem computador ou celulares adequados e outros dispositivos para prepararem e ministrarem as atividades necessárias para o processo de ensino-aprendizagem ou mesmo a internet que pudesse favorecer pois entendemos que no contexto ao qual estávamos vivendo, esse instrumento foi de grande valia para proporcionar novos caminhos para o processo de ensino-aprendizagem dos discentes.

Toda vez que falamos sobre acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio, a pesquisa realizada pelo Inep mostra que 15,9% da rede estadual brasileira adotou medidas nesse sentido; na rede municipal, o número registrado foi de 2,2%, isso quando fazemos uma análise em todo o Brasil.

A vivência de um computador nas escolas públicas da educação básica, independentemente de sua utilização (administrativa ou pelos alunos), é um dos aspectos que expõe as desigualdades regionais de infraestrutura escolar. Das 29,9 mil escolas públicas que não têm um computador disponível, 26,3 mil estão localizadas nas regiões Norte (10.245) e Nordeste (16.104), representando 80,5 dos estabelecimentos brasileiros nesta condição. Esse dado só reforça as taxas de desempenho escolar dos alunos que residem nessas regiões, pois expõe a fragilidade tanto das estruturas escolares como dos alunos. Verificamos a mesma situação de vulnerabilidade quando

olhamos a distribuição do acesso à rede de internet para uso exclusivamente administrativo dos estabelecimentos públicos.

Na região Norte do país, mais de quatro em cada cinco (81,5%) escolas públicas não acessa à internet para esta forma de uso e pouco menos de três em cada quatro se encontra na mesma situação na região Nordeste (73,8%), sendo estas as regiões de mais baixo acesso à internet, mesmo que para fins exclusivamente administrativos e não pedagógicos. Cabe ressaltar, entretanto, que a ausência deste modo de uso da rede internet é a realidade média de pouco mais de um terço das escolas das regiões Sudeste (38,2%), Sul (30,3%) e Centro-Oeste (36,9%).

Todos os docentes receberam por parte da secretaria, separados por etapas e modalidades de ensino, treinamentos para o uso de método/ materiais dos programas de ensino não presencial que seriam utilizados pela REME para a escolarização dos alunos.

Algumas unidades de ensino, receberam por parte dos professores, pedidos de ajuda, alegando que não tinham como se equipar para proporcionar aulas de conteúdo satisfatório para atender a demanda solicitada do conteúdo programático que teriam que trabalhar com os alunos. Para tanto, 15,9% delas responderam que ofertaram algum tipo de ajuda como: disponibilização de equipamentos como computadores, notebooks, tablets ou smartphones para o plano de aula ou esclarecimentos aos pais em como seriam trabalhados os conteúdos. E 3% disponibilizaram acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio. Com isso 89,6% das instituições reorganizaram ou adaptaram o planejamento/ plano de aula com priorização de habilidades e conteúdo específicos. Todas as escolas, tanto as exclusivas de educação infantil e de educação de jovens e adultos quanto as demais realizaram atividades de planejamento e gestão com orientação da Secretaria Municipal de Educação (Semed).

No quesito em que se trata dos discentes, somente 0,5% das unidades de ensino relataram ter dado suporte tecnológico com relação à disponibilização de equipamentos como: computador, notebook ou smartphones para a comunicação e o apoio tecnológico; em contraponto 93% das escolas afirmaram que fizeram manutenção de canal de comunicação com escola, tais como: e-mail, telefone, redes sociais, aplicativos de mensagens, dentre outros. Ressalto que essa comunicação era entre os alunos, pais/responsáveis e a unidade de ensino, para sanar dúvidas ou reclamações.

Já em relação entre discente e docente foi apontado por 95,5% das instituições

de ensino que foi mantido um canal de comunicação direto com os professores, sendo estes: e-mail, telefone, redes sociais e aplicativos de mensagens para repasse de conteúdo e uma explanação de como deveria ser desenvolvido alguma atividade proposta pelo professor ao aluno.

Para tanto, foi uma força tarefa as estratégias e ferramentas adotadas pela REME no desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem ofertadas aos alunos para que o nível de aprendizado fosse mantido. De acordo com a avaliação do Ministério da Educação (MEC), os principais riscos decorrentes da suspensão das aulas presenciais estão relacionados entre o comprometimento do calendário escolar, os retrocessos do processo educacional e da aprendizagem dos estudantes, os danos estruturais e sociais para os estudantes e as famílias de baixa renda e o abandono e o potencial aumento da evasão escolar.

O MEC também considera que as existentes fragilidades na estrutura social do Brasil agravam ainda mais esse cenário para as famílias que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social antes da pandemia.

Mediante o que foi exposto 11,4% das escolas fizeram treinamento junto aos pais e alunos para o uso de métodos/ materiais dos programas de ensino não presencial. Já a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou para os 107.490 alunos atendidos na matrícula inicial apostilas bimestrais e atividades impressas quinzenalmente para retirada nas unidades de ensino pelos próprios alunos ou pelos pais/responsáveis. Também foram trabalhados por 93% das unidades de ensino, pelos professores materiais de ensino-aprendizagem na internet como: vídeos, podcasts, publicações em redes sociais, publicações em redes sócias através da página da escola pelo *facebook*, e pelos grupos montados com os pais pelo *Whatsapp*. 33,8% das unidades de ensino fizeram aulas ao vivo, pré-agendadas com os pais/responsáveis ou os alunos de aulas ao vivo (síncronas) que foram mediadas pela internet e com possibilidade de interação direta entre os alunos e os professores.

A Secretaria Municipal de Educação também utilizou de uma ferramenta muito importante no quesito ensino-aprendizagem que foi a TV Reme, que era disponibilizada pelo canal 4.2 – TVE, onde a transmissão foi uma parceria com a TV Educativa do Estado, e teve início na segunda-feira (8), a partir do meio-dia, com aulas de Geografia (4ºano), Matemática (6º ano e EJA) e Artes (1º ano). A TV contemplou os mais de 107



mil alunos da Rede Municipal de Ensino (Reme), que ao longo do dia, incluindo o período noturno, podiam assistir pelo canal 4.2, aulas gravadas por professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

As aulas eram produzidas com base nos conteúdos curriculares do grupo 4 ao 9º ano, além dos direcionados aos alunos do berçário ao grupo 3 e aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e ainda contemplava conteúdo específicos para as escolas do campo.

Os alunos que sintonizavam o canal 4.2 da TVE também tinham acesso a uma grade de programas educativos produzidos pela TV Educativa, que complementavam a grade da TV Reme. As aulas televisionadas eram sem dúvida mais uma ferramenta para complementar os cadernos com atividades pedagógicas disponibilizados pelas escolas.

Mais de 480 professores da Reme se inscreveram para gravar os primeiros vídeos, que estavam sendo produzidos em um estúdio na Secretaria Municipal de Educação (Semed) e editados pela equipe da TVE. Ao todo eram oito horas de aula por dia e a ideia é que fossem transmitidas aulas de pelo menos duas disciplinas por dia, nos períodos matutino, vespertino e noturno, contemplando os alunos da EJA, que trabalham e não tinham disponibilidade de assistir TV durante o dia.

A grade com os conteúdos também contava com programas educativos da TVE, que eram intercalados às aulas da Reme, reforçando o conteúdo pedagógico. Quem perdesse alguma aula transmitida pela TVE, poderia acessar o canal do Youtube, específico da TV Reme, onde todo o conteúdo era postado.

O canal contou com mais de três mil inscritos e pode ser acessado pelo link <https://www.youtube.com/channel/UCsC4oAnt5rZiGAEKYLAYBog>. O banner com a grade de programação era disponibilizado diariamente para a programação do estudante e família conforme o descritivo acima.

Todas as unidades de ensino realizaram algum tipo de avaliações e testes, que foi com o envio e a devolução de material físico que era entregue pela escola aos alunos ou pais/ responsáveis com data para retirada e entrega de material. E toda essa comunicação era amplamente realizada primeiramente nos grupos de WhatsApp e na página da unidade de ensino pelo Facebook. Muitas unidades de ensino compreenderam a dificuldade dos pais e/ou responsáveis quando se tratava em explicar um conteúdo ou até mesmo em ensinar como o filho iria realizar o desenvolvimento de uma atividade.

Entendendo esse contexto, 46,8% das instituições deram suporte aos alunos ou a seus pais e/ou responsáveis para a elaboração e o desenvolvimento de um plano de estudo ou mesmo um estudo dirigido.

Outra tomada de decisão que foi imprescindível para 53,7% das escolas, foi o suporte aos discentes e seus familiares em forma de atendimento presencial ou virtual de modo escalonado com os docentes para o que foi chamada de plantão tira dúvidas. Mediante todo o exposto acima, as unidades de ensino orientadas pela Secretaria Municipal de Educação adotaram estratégia não presencial de ensino, e de monitoramento da participação (frequência) dos alunos nas atividades de ensino, como: lista de presença (chamada) eletrônica em 35,3%; recolhimento das atividades pedagógicas realizadas pelos alunos para 81,1%; comunicação do professor com os alunos, seus pais ou responsáveis em 87,1%; relatórios de acesso à plataforma virtual para 31,8% e somente para 1,0% das unidades não houve monitoramento da participação dos alunos.

O tema da Covid-19 foi trabalhado em conjunto com as ações de promoção da saúde e integrado às disciplinas escolares como forma de agregar ao aprendizado para 198 das 201 unidades de ensino.

Com relação ao ano de 2021, o primeiro questionamento foi sobre se houve ou não ajuste na data de término do ano letivo em decorrência das medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19. Todas afirmaram que desenvolveram estratégias de mediação, e a mais relevante de todas para as escolas municipais foi a híbrida, para as 104 unidades que ofertavam a creche e as 165 que ofertavam a pré-escola, nas 97 unidades que ofereciam os anos iniciais e as 84 que atendiam aos anos finais do ensino fundamental. O mesmo ocorreu para a única unidade que ofertava o ensino médio em nível profissionalizante e as 16 de Eja – ensino fundamental.

As estratégias pedagógicas e de gestão escolar que foram adotadas pela escola durante o ano de letivo de 2021, foram: em unanimidade para todas as realizações de atividades de ensino-aprendizagem não presenciais para os alunos que não retornaram às aulas presenciais, 95,5% reorganizaram o currículo com priorização de habilidades e conteúdos e também fizeram avaliação diagnóstica das lacunas de aprendizagem dos alunos para que fosse verificado o que realmente foi assimilado ou aprendido pelo discente; enquanto 4,5% ofertaram aulas ou atividades de reforço; 13,6% aumentaram a

carga horária diária de atividades não presenciais; 4,5% afirmaram que aumentaram a carga horária diária das atividades presenciais.

As estratégias adotadas pela unidade de ensino com orientação da Secretaria Municipal de Educação junto aos professores no ano de 2020 foram as mesmas que deram certo, como: a realização de reuniões virtuais de planejamento, coordenação e monitoramento das atividades. Com a chegada da vacina no país e seu avanço, no segundo semestre de 2021, as escolas estão retomando as aulas presenciais, gradativamente, o que incentiva os alunos a voltarem ao ambiente escolar.

Na rede municipal de Campo Grande, foi elaborado um plano de retorno a aula, com escalonamento dos alunos, onde uma semana frequentava a metade da turma e na outra semana os demais alunos, onde também foi traçado uma estratégia com horário de entrada e saída dos alunos diferenciado para evitar a aglomeração dos alunos, já que para essa faixa etária ainda não estava disponível a vacina. Porém, um dos sintomas que atingiram em cheio a educação na pandemia foi o aumento da evasão escolar. A dificuldade de acessar o conteúdo das aulas e a necessidade fez com que muitos discentes desistissem das aulas em 2020, mesmo com a Secretaria utilizando da ferramenta da Busca Ativa Escolar, que foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com o apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A Busca Ativa Escolar foi uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para os estados e os municípios, com a intenção de apoiar aos órgãos públicos na identificação, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que não estão frequentando ou fora da escola com alta probabilidade de evasão escolar. Os alunos que abandonam o estudo em decorrência de qualquer motivo, muito comum em nosso país, tinha como principal público o aluno do ensino médio.

Essa ferramenta veio nesse momento como mais um aporte para colaborar, através de dados concretos, pois possibilitou planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos das crianças. A Busca reuniu representantes de diferentes áreas: educação, saúde, assistência social, entre outros, que tem como papel principal no cenário de proteção à criança e ao adolescente,

a permanência do aluno na escolarização, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re) matrícula e sua permanência na escola.

Segundo o site do Busca Ativa, todo o processo é acompanhado pela ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado e apoia na gestão das informações sobre a situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, tablets, celulares (SMS) ou celulares (smartphones). Há também formulários impressos para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

A evasão escolar traz uma série de consequências para a vida da criança e do adolescente. A escola tem o papel de transmitir conteúdo, mas também proporcionar um ambiente que estimule o desenvolvimento social do indivíduo. Em longo prazo, tem consequências profundas na economia. A exclusão social e o despreparo aumentam os índices de desemprego, concentração de renda e precarização do trabalho.

Na retomada das aulas presenciais é preciso que algumas ações sejam feitas, como: realizar a busca ativa dos alunos que não retornaram à escola; definir uma forma de avaliação dos alunos e de que modo será realizada a recuperação dos que apresentarem defasagem de aprendizagem e acompanhar os alunos com maior propensão à evasão.

Referência Bibliográfica

<https://www.otempo.com.br/cidades/aprendizado-defasado-falta-de-tecnologia-e-alta-da-evasao-tropecos-na-educacao-1.2471198>. Acesso em

<https://www.fadc.org.br/noticias/entenda-como-a-pandemia-impactou-a-educacao-no-brasil#:~:text=A%20pesquisa%2C%20denominada%20Resposta%20Educativa,consequiram%20manter%20a%20previs%C3%A3o%20inalterada.campogrande.ms.gov.br/semed/tv-reme/>. Acesso em

Gráficos - Fonte: *Ministério da Educação (MEC) / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) / Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed)*. <https://colegioplanck.com.br/os-reflexos-da-pandemia-na-educacao/>

<https://buscaativaescolar.org.br/>. Acesso em

BARRETO, Raquel Goulart. *Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi*. Teias, Rio de Janeiro, nº 13-14, p.1-7, jan/dez 2006. Disponível em: . Acesso em: 21 jul 2022.



EDIÇÃO Nº 22 DE AGOSTO DE 2023
ARTIGO RECEBIDO ATE 24/06/23
ARTIGO APROVADO ATE 30/07/23

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009